

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – MATÉRIA VOTADA**
 - 1.1 – Plenário
- 2 – ORDEM DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MANIFESTAÇÕES**
- 6 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 – ERRATAS**



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/4/2021

Foi mantido, em turno único, o Veto nº 24/2021, do governador do Estado, exceto o veto ao § 3º do art. 6º da Proposição de Lei nº 24.745.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, 14/4/2021

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 1.044/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre o andamento das obras de duplicação da MG-050, especialmente em relação ao trevo que dá acesso ao Município de Fortaleza de Minas, previstas no termo aditivo firmado entre a concessionária Nascente de Minas e o governo do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.266/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais e ao presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais pedido de informações sobre quais testes e parâmetros são utilizados pelas respectivas empresas para qualificar a qualidade da água em função do uso seguro e adequado de agrotóxicos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.468/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os imóveis locados utilizados pelo governo do Estado consubstanciadas em levantamento de todos esses imóveis, endereço, valor da locação e nome do proprietário do imóvel, com o devido encaminhamento dessas informações ao deputado requerente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.263/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a proposta de capacitação de profissionais da saúde e assistência acerca dos fluxos, diretrizes e direitos das mães em situação de vulnerabilidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.634/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas no Plano de Ação de Emergência e na Declaração de Condição de Estabilidade da barragem do empreendimento minerário implementado pela Companhia Brasileira de Alumínio no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.774/2019, do deputado Bruno Engler, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o funcionamento do serviço de atendimento móvel de urgência – Samu – via motocicletas, nos municípios onde esse serviço público é prestado, e sobre a viabilidade de implantação desse sistema de atendimento nos municípios onde ainda não são utilizadas as motocicletas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.892/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a organização atual da Rede de Atenção à Saúde do Idoso no Estado, detalhando-se as ações desenvolvidas pela atenção primária e especializada e esclarecendo-se se há demanda reprimida no atendimento pela rede. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.894/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais pedido de informações sobre a situação da exploração das águas minerais do Circuito das Águas, detalhando-se o estado atual do envasamento e da distribuição das águas extraídas no Município de Lambari. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.950/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os critérios de investimento para o desenvolvimento da rede elétrica nos municípios que possuem distritos industriais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.172/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a situação de conservação do acervo de documentos relativos à regularização fundiária do extinto Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.457/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre as medidas que estão sendo preparadas e aquelas em andamento para a manutenção de investimentos em obras vitais para o Estado, a exemplo da LMG-760, que conta com recursos liberados pelo Comitê Interfederativo da Fundação Renova. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 6.628/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a localização física dos núcleos de monitoração eletrônica no Estado e o número de servidores públicos lotados em cada núcleo, com respectivas escalas, por turno ou plantão, dia e noite, bem como sobre o número de usuários de tornozeleiras eletrônicas monitorados por núcleo, especificando-se quantos são em decorrência de crimes previstos na Lei Maria da Penha, separados por região – interior e região metropolitana –, e quantos são em virtude de outros ilícitos e decisões judiciais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.111/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número de afastamentos de servidores públicos que atuam nas unidades socioeducativas do Estado causados por acidentes ou doenças laborais, nos últimos cinco anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.187/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações consubstanciadas no cronograma de nomeação dos candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 2/2018, conforme anúncio feito pelo secretário de Governo em 30/11/2020, durante o Assembleia Fiscaliza. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 7.326/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os estudos que embasaram o traçado diretriz do rodoanel, bem como sobre a análise dos riscos socioambientais para os municípios interceptados diretamente pelo projeto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 9 horas do dia 14 de abril de 2021, destinada, na 1ª Parte, à

leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 119/2021, da Mesa da Assembleia, que reconhece o estado de calamidade pública, ou sua prorrogação, em decorrência da pandemia de covid-19 nos municípios que menciona; e na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 13 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 10 horas do dia 14 de abril de 2021, destinada a ouvir a reitora da UFMG sobre os estudos em andamento nessa universidade relacionados ao desenvolvimento e à produção de vacina contra o novo coronavírus.

Palácio da Inconfidência, 13 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES

– Foram recebidos, na 27ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura, em 13/4/2021, os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 7.671/2021

Da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja a Sra. Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, convidada para apresentar todos os estudos em andamento que tratam do desenvolvimento e da produção de vacina contra o novo coronavírus pela UFMG. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

REQUERIMENTO Nº 7.684/2021

Do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Secretário de Estado de Saúde pedido de providências para que seja garantido o fornecimento de medicamentos do chamado “kit intubação”, essencial para o enfrentamento e tratamento dos pacientes acometidos pelo Sars-Cov 2, na microrregião de saúde de Cataguases, que abrange os Municípios de Cataguases, Além Paraíba, Argirita, Dona Euzébia, Estrela-D'alva, Itamarati de Minas, Laranjal, Leopoldina, Palma, Pirapetinga, Recreio, Santana de Cataguases, Santo Antônio do Aventureiro e Volta Grande. (– À Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos da Decisão da Mesa de 24/3/2021.)

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Nos termos do art. 3º, § 1º, da Decisão da Mesa de 9/2/2021, designo relator do Projeto de Resolução nº 119/2021 o deputado Cássio Soares.

Palácio da Inconfidência, 13 de abril de 2021.

Agostinho Patrus, presidente.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Sra. Nilda de Fátima Ferreira Soares, presidente da Epamig, e o Sr. Juraci Júnior de Oliveira, gerente do Campo Experimental de São Sebastião do Paraíso – Cesp –, pela conquista da medalha de ouro no Brazil Wine Challenge 2020 com o vinho Syrah Epamig (Requerimento nº 7.286/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com a Universidade Fumec, nas pessoas dos Srs. Fernando de Melo Nogueira, reitor, e Sérgio Henriques Zandona Freitas, coordenador do PPGD/Fumec, pelos 10 anos do Programa de Pós-Graduação em Direito da instituição (Requerimento nº 7.287/2021, do deputado Professor Cleiton);

de congratulações com o senador Rodrigo Pacheco por sua eleição para a Presidência do Senado para o biênio 2021-2022 (Requerimento nº 7.303/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Grupo Giramundo pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 7.307/2021, do deputado Gustavo Mitre);

de congratulações com a comunidade de Nova Lima pelos 320 anos de história e 130 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.312/2021, da deputada Rosângela Reis);

de congratulações com comunidade de Sabinópolis pelos 97 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 7.313/2021, da deputada Rosângela Reis);

de pesar pelo falecimento de João Pessoa Ribeiro Fenelon (Requerimento nº 7.320/2021, do deputado Gustavo Santana);

de congratulações com o Sr. João Carlos Gontijo de Amorim, superintendente regional do Trabalho em Minas Gerais, pela condecoração com a Medalha Mérito Tamandaré, uma das mais tradicionais e importantes condecorações da Marinha do Brasil (Requerimento nº 7.325/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes);

de congratulações com a Sra. Sebastiana Maria de Jesus, nascida em Minas Gerais, pelos 110 anos de idade, comemorados em agosto de 2020 (Requerimento nº 7.330/2021, do deputado João Vítor Xavier);

de congratulações com a Santa Casa de Montes Claros pelos 150 anos de existência e pelos bons trabalhos realizados em prol da população do Norte de Minas (Requerimento nº 7.334/2021, do deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a Fundação Hospitalar São Francisco de Assis pelos 10 anos de sua fundação (Requerimento nº 7.340/2021, do deputado Inácio Franco).

REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 7.289/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que o município de Buritizeiro seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais. Que sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea; construção de viadutos; melhorias nas sinalizações das passagens de níveis; construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade; reforma da estação; viabilizar transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos.

Sala das Reuniões, 29 de janeiro de 2021.

Gil Pereira (PSD)

Justificação: Considerando a renegociação da VLI para a renovação da concessão em Minas Gerais e que, em razão disso, serão realizados diversos investimentos para a melhoria do setor ferroviário e a sua interação com os municípios, esse município necessita da inserção no Plano de Investimento, visando mitigar conflitos entre o sistema viário e a ferrovia.

REQUERIMENTO Nº 7.290/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT pedido de providências para que o município de Montes Claros seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais. Que sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea; construção de viadutos; melhorias nas sinalizações das passagens de níveis; construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade; reforma da estação; viabilizar transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos.

Sala das Reuniões, 29 de janeiro de 2021.

Gil Pereira (PSD)

Justificação: Considerando a renegociação da VLI para a renovação da concessão em Minas Gerais e que, em razão disso, serão realizados diversos investimentos para a melhoria do setor ferroviário e a sua interação com os municípios, esse município necessita da inserção no Plano de Investimento, visando mitigar conflitos entre o sistema viário e a ferrovia.

REQUERIMENTO Nº 7.291/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT pedido de providências para que o município de Glauvilândia seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais. Que sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea; construção de viadutos; melhorias nas sinalizações das passagens de níveis; construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade; reforma da estação; viabilizar transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos.

Sala das Reuniões, 29 de janeiro de 2021.

Gil Pereira (PSD)

Justificação: Considerando a renegociação da VLI para a renovação da concessão em Minas Gerais e que, em razão disso, serão realizados diversos investimentos para a melhoria do setor ferroviário e a sua interação com os municípios, esse município necessita da inserção no Plano de Investimento, visando mitigar conflitos entre o sistema viário e a ferrovia.

REQUERIMENTO Nº 7.292/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que o município de Juramento seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais. Que sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea; construção de viadutos; melhorias nas sinalizações das passagens de níveis; construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade; reforma da estação; viabilizar transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos.

Sala das Reuniões, 29 de janeiro de 2021.

Gil Pereira (PSD)

Justificação: Considerando a renegociação da VLI para a renovação da concessão em Minas Gerais e que, em razão disso, serão realizados diversos investimentos para a melhoria do setor ferroviário e a sua interação com os municípios, esse município necessita da inserção no Plano de Investimento, visando mitigar conflitos entre o sistema viário e a ferrovia.

REQUERIMENTO Nº 7.293/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT pedido de providências para que o município de Nova Porteirinha seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais. Que sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea; construção de viadutos; melhorias nas sinalizações das passagens de níveis; construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade; reforma da estação; viabilizar transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos.

Sala das Reuniões, 29 de janeiro de 2021.

Gil Pereira (PSD)

Justificação: Considerando a renegociação da VLI para a renovação da concessão em Minas Gerais e que, em razão disso, serão realizados diversos investimentos para a melhoria do setor ferroviário e a sua interação com os municípios, esse município necessita da inserção no Plano de Investimento, visando mitigar conflitos entre o sistema viário e a ferrovia.

REQUERIMENTO Nº 7.294/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que o município de Monte Azul seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais. Que sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea; construção de viadutos; melhorias nas sinalizações das passagens de níveis; construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade; reforma da estação; viabilizar transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos.

Sala das Reuniões, 29 de janeiro de 2021.

Gil Pereira (PSD)

Justificação: Considerando a renegociação da VLI para a renovação da concessão em Minas Gerais e que, em razão disso, serão realizados diversos investimentos para a melhoria do setor ferroviário e a sua interação com os municípios, esse município necessita da inserção no Plano de Investimento, visando mitigar conflitos entre o sistema viário e a ferrovia.

REQUERIMENTO Nº 7.295/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT pedido de providências para que o município de Joaquim Felício seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais. Que sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea; construção de viadutos; melhorias nas sinalizações das passagens de níveis; construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade; reforma da estação; viabilizar transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos.

Sala das Reuniões, 29 de janeiro de 2021.

Gil Pereira (PSD)

Justificação: Considerando a renegociação da VLI para a renovação da concessão em Minas Gerais e que, em razão disso, serão realizados diversos investimentos para a melhoria do setor ferroviário e a sua interação com os municípios, esse município necessita da inserção no Plano de Investimento, visando mitigar conflitos entre o sistema viário e a ferrovia.

REQUERIMENTO Nº 7.296/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que o município de Engenheiro Navarro seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais. Que sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea; construção de viadutos; melhorias nas sinalizações das passagens de níveis; construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade; reforma da estação; viabilizar transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos.

Sala das Reuniões, 29 de janeiro de 2021.

Gil Pereira (PSD)

Justificação: Considerando a renegociação da VLI para a renovação da concessão em Minas Gerais e que, em razão disso, serão realizados diversos investimentos para a melhoria do setor ferroviário e a sua interação com os municípios, esse município necessita da inserção no Plano de Investimento, visando mitigar conflitos entre o sistema viário e a ferrovia.

REQUERIMENTO Nº 7.297/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que o município de Pirapora seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais. Que sejam incluídas as seguintes obras: reforma da

linha férrea; construção de viadutos; melhorias nas sinalizações das passagens de níveis; construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade; reforma da estação; viabilizar transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos.

Sala das Reuniões, 29 de janeiro de 2021.

Gil Pereira (PSD)

Justificação: Considerando a renegociação da VLI para a renovação da concessão em Minas Gerais e que, em razão disso, serão realizados diversos investimentos para a melhoria do setor ferroviário e a sua interação com os municípios, esse município necessita da inserção no Plano de Investimento, visando mitigar conflitos entre o sistema viário e a ferrovia.

REQUERIMENTO Nº 7.298/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que o município de Espinosa seja inserido no Plano de Investimento da VLI, para renovação da concessão em Minas Gerais. Que sejam incluídas as seguintes obras: reforma da linha férrea; construção de viadutos; melhorias nas sinalizações das passagens de níveis; construção de contorno ferroviário para retirar a ferrovia de dentro da cidade; reforma da estação; viabilizar transporte de passageiros e estrutura turística com doação de vagões antigos, de imóveis e terrenos.

Sala das Reuniões, 29 de janeiro de 2021.

Gil Pereira (PSD)

Justificação: Considerando a renegociação da VLI para a renovação da concessão em Minas Gerais e que, em razão disso, serão realizados diversos investimentos para a melhoria do setor ferroviário e a sua interação com os municípios, esse município necessita da inserção no Plano de Investimento, visando mitigar conflitos entre o sistema viário e a ferrovia.

REQUERIMENTO Nº 7.300/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As deputadas e os deputados que este subscrevem requerem a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “e”, do Regimento Interno, seja encaminhado aos representantes da Sinopharm/China National Biotec Group Company (CNBG) pedido de informações para que possam esclarecer como se deram as negociações entre a companhia farmacêutica e o Estado de Minas Gerais para a aquisição de imunizantes contra a Covid-19, havendo inclusive a possibilidade de produção pela Fundação Ezequiel Dias – Funed. Não obstante, se possível, solicita-se que sejam explicitados os motivos que levaram a empresa a suspender as conversas.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2021.

Cristiano Silveira (PT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Elismar Prado (Pros) – Doutor Jean Freire (PT) – Leninha (PT) – Marquinho Lemos (PT) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT).

Justificação: Uma reportagem do jornal Estado de Minas, divulgada em 28 de janeiro de 2021, revelou que o Governo de Minas Gerais teria cometido equívocos nas conduções das negociações com a farmacêutica chinesa que desenvolveu um imunizante eficaz contra a Covid-19, Sinopharm. O próprio Governo admitiu, em nota da Secretaria de Estado de Saúde em 28 de janeiro de 2020, que as conversas ocorreram, mas não renderam frutos. Contudo, a declaração da SES afirma que o problema se deu pela

ausência de dados por parte da empresa, contrariando a informação do jornal de que, na verdade, os erros do Governo foram os responsáveis pelo fim das negociações.

Portanto, considerando que a saúde é um direito social garantido pela Constituição, como bem explicita o art. 186 da Constituição de Minas Gerais: “a saúde é direito de todos, e a assistência a ela é dever do Estado, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, é preciso que as circunstâncias sobre essas negociações sejam publicizadas para os cidadãos. Em um momento de escassez de vacinas em todo o mundo, qualquer oportunidade perdida pode significar a morte de centenas de mineiros.

REQUERIMENTO Nº 7.302/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde – SES – e ao Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde da Covid-19 – Comitê Extraordinário Covid-19 –, em Belo Horizonte, pedido de providências para que seja elaborado e disponibilizado à população mineira, no próprio *site* “<https://vacinaminas.mg.gov.br/>”, um aplicativo informativo que permita ao cidadão o gerenciamento das ações de vacinação contra a Covid-19 em todo o nosso território, bem como se inteirar do lugar onde se encontra no rol das prioridades e da previsão de sua vacinação, com base na sua classificação nos diversos grupos, prioritários ou não; e, ainda, que informe a situação dos estoques de insumos necessários para a vacinação, em cada município ou macrorregião. Tal aplicativo deverá, ainda, disponibilizar a relação dos vacinados, organizados pelo número do SUS ou CPF.

Sala das Reuniões, 2 de fevereiro de 2021.

Gustavo Mitre (PSC)

Justificação: A pandemia de Covid-19 tem nos mostrado a importância do planejamento estratégico para enfrentamento e resposta a eventos de saúde pública.

Hoje, nossa maior preocupação – ou esperança – é a vacinação de nossa população.

A disponibilização de um simulador de fila, bem como a de um monitor de estoques estratégicos para a vacinação, trarão alívio à população, transparência à gestão pública da saúde e controle sobre os estoques estratégicos.

REQUERIMENTO Nº 7.304/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Senado Federal em Brasília pedido de providências para que sejam adotadas as medidas mais adequadas na forma do Regimento Interno do Senado, para a votação com urgência do Projeto de Lei nº 5.919/19, que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), com sede em Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 2 de fevereiro de 2021.

Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)

REQUERIMENTO Nº 7.306/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, pedido de providências para a renovação, em regime de urgência, do contrato com a Fundação São Francisco Xavier, mantenedora do Hospital Márcio Cunha, localizado no município de Ipatinga, garantindo, assim, a retomada imediata da integralidade dos atendimentos, tendo em vista a importância dessa unidade hospitalar para os usuários do Ipsemg de todo o Vale do Aço.

Sala das Reuniões, 2 de fevereiro de 2021.

Beatriz Cerqueira (PT)

Justificação: O contrato da Fundação São Francisco Xavier com o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais venceu em 31/1/2021 e, automaticamente, todos os atendimentos dos usuários do Hospital Márcio Cunha (Ipatinga) foram suspensos, afetando diretamente cerca de 20 mil usuários do Vale do Aço que necessitam da unidade hospitalar para os mais diversos tipos de atendimento.

O credenciamento do Hospital Márcio Cunha viabiliza aos usuários consultas em diversas especialidades, exames, cirurgias eletivas, serviços de pronto-socorro, maternidade, UTI Neonatal, UTI Adulto, Oncologia, entre outros e o pleno e imediato reestabelecimento da integralidade desses atendimentos se faz urgente.

É inadmissível que o Governo do Estado, em plena pandemia de Covid-19, não consiga, em tempo hábil, concluir os trâmites necessários para a renovação do contrato de credenciamento com uma unidade hospitalar de tamanha importância para os usuários do Ipsemg de toda a região.

Buscando medidas protetivas aos cidadãos mineiros, conto com o apoio dos Nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 7.308/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja elaborado e disponibilizado à população mineira, em *site* próprio do Governo, um aplicativo com mapa digital, em formato aberto, com as plantas das áreas de desapropriação destinadas à construção do rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como previsto nos Decretos de Numeração Especial nº 441, de 2020, e nº 6, de 2021, bem como com as demais alterações eventualmente efetuadas ao longo da execução do projeto.

Sala das Reuniões, 2 de fevereiro de 2021.

Gustavo Mitre (PSC)

REQUERIMENTO Nº 7.327/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para proceder o asfaltamento da MG-280, especialmente no trecho entre Alto do Rio Doce a Dores do Turvo.

Sala das Reuniões, 5 de fevereiro de 2021.

Delegada Sheila (PSL)

Justificação: Ano passado, protocolei o Requerimento nº 4.577/2020 solicitando a realização de licitação e contratação de empresa para realizar a manutenção e o asfaltamento da MG-280, tendo em vista que a rodovia apresentava diversas irregularidades e estava interdita em dois trechos: entre o Alto Rio Doce e Dores do Turvo e entre Paula Cândido e Divinésia.

Em resposta à solicitação, em março de 2020 a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade informou que já havia sido feita a contratação de uma empresa para executar serviços rotineiros de conservação, incluindo patrolamento. Em relação à pavimentação, foi comunicado sobre a contratação de uma empresa para realização da obra, porém como os custos para realização das intervenções nos trechos ultrapassavam R\$ 85 milhões, havia dificuldade para disponibilizar recursos para executá-la.

Quase um ano depois, a rodovia ainda não encontra-se asfaltada, o que dificulta a vida de quem trafega na região, principalmente durante os períodos de chuva, em que a lama transforma-se em barro e atrapalha fluxo de veículos. Ante o exposto, solicito o apoio dos Nobres Colegas para o asfaltamento da MG-280 no trecho entre Alto do Rio Doce a Dores do Turvo. O trabalho na rodovia é necessário para honrar com os impostos pagos pelos cidadãos, que esperam qualidade no serviço público.

REQUERIMENTO Nº 7.329/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado pedido de providências para que seja realizado o pagamento imediato do décimo terceiro salário referente ao ano de 2020 a todos/as servidores/as públicos/as do Estado de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2021.

Beatriz Cerqueira (PT).

Justificação: O Governo do Estado de Minas Gerais realizou o pagamento de duas parcelas do 13º salário do ano de 2020, em 23/12/2020 e 6/1/2021, no valor de R\$ 2 mil reais cada uma.

No entanto, até o presente momento a integralidade do 13º salário não foi feita a todos/as servidores/as públicos. Assim, por ser um direito constitucional de todo/a trabalhador/a, o Estado deve efetuar o pagamento integral da gratificação natalina àqueles/as que ainda não receberam a verba que lhes é devida.

REQUERIMENTO Nº 7.331/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado à Governadoria do Estado pedido de providências para adotar as medidas indispensáveis para Duplicação da MG-040 bem como pavimentação de trecho da referida rodovia.

Sala das Reuniões, 8 de fevereiro de 2021.

Ione Pinheiro (DEM)

Justificação: A rodovia estadual denominada MG-040 é rodovia cuja extensão total é de 116 quilômetros dos quais apenas 71 quilômetros de sua malha possui pavimentação. Sendo assim distribuídos:

- o trecho que compreende Brumadinho a Bonfim necessita de pavimentação;
- o trecho compreendido entre Ibitité e Brumadinho exige duplicação imediata.

Seu percurso inicia em Belo Horizonte e termina no município de Itaguara no entroncamento com a BR 381, interligando as cidades de Belo Horizonte, Ibitité, Sarzedo, Mário Campos, Brumadinho, Bonfim, Crucilândia e por fim, Itaguara.

O meio de transporte duplicado, pavimentado e sinalizado é indispensável para eficiente e seguro ir e vir de pessoas e de bens; e, evita perda de vidas e dá eficiência ao transitar.

REQUERIMENTO Nº 7.339/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao Gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados, pedido para que seja apreciado com especial atenção o Projeto de Lei nº 5.638/2020, que visa instituir o justo e necessário Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse.

Sala das Reuniões, 10 de fevereiro de 2021.

Dalmo Ribeiro Silva (PSDB)

REQUERIMENTO Nº 7.348/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que determine a apuração e regularização do fornecimento de água tratada e da aferição dos medidores pela Copasa em Ribeirão das Neves e que, igualmente, determine que a companhia preste as informações sobre as causas da intermitência no fornecimento e na aferição do consumo.

Sala das Reuniões, 10 de fevereiro de 2021.

Elismar Prado (Pros)

Justificação: Chegou ao nosso conhecimento a situação de fornecimento irregular de água pela Copasa em Ribeirão das Neves por meio do jornal Bom dia Minas da Rede Globo nos dias 2 e 3 de fevereiro deste ano. A reportagem, a pretexto de acompanhar operação do MPMG, Polícia Civil e da própria Copasa contra ligações clandestinas nas redes de água tratada, acabou revelando que o serviço de água naquela cidade é intermitente, ao entrevistar moradores. Outro problema revelado é a falta de medição mensal, sendo relatadas cobranças idênticas por vários meses.

Durante a matéria jornalística, funcionários públicos estaduais chegaram a culpar as ligações clandestinas pelos problemas de fornecimento, o que não se acredita, pois a mesma matéria demonstrou que a cidade como um todo sofre com problemas de abastecimento pela Copasa.

Não obstante, as tarifas de água e esgoto são altíssimas e a companhia vem auferindo lucros milionários.

Nesse passo, requeiro seja determinada a apuração e regularização do fornecimento de água tratada e da aferição dos medidores pela Copasa em Ribeirão das Neves e que, igualmente, seja determinado que a companhia preste as informações sobre as causas da intermitência no fornecimento e na aferição do consumo.

Ante o exposto, conto com os nobres pares para aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 7.349/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que parte dos recursos do acordo com a Vale sejam usados para recuperação da MGC – 462, entre Patrocínio e Perdizes, que encontra-se interditada devido a uma cratera que se abriu na rodovia.

Sala das Reuniões, 10 de fevereiro de 2021.

Elismar Prado (Pros)

Justificação: Em 21/12/2020, a MGC-462, entre Patrocínio e Perdizes, foi interditada em razão de desabamento da pista tolhendo o direito de ir e vir dos cidadãos e causando vários transtornos aos munícipes de Patrocínio, já que o desvio se dá por vias públicas municipais.

Mesmo depois do envio de vários ofícios em conjunto com o deputado federal Weliton Prado, atendendo aos apelos, inclusive, do vereador Thiago Malagoli, e mais de um mês depois do ocorrido, a situação permanece, conforme notícia do portal G1 (<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/01/25/apos-um-mes-trecho-da-mgc-462-entre-patrocinio-e-perdizes-segue-interditado-por-cratera.ghtml>):

“Após um mês, o trecho da MGC-462 entre Patrocínio e Perdizes segue interditado por uma cratera que se abriu em dezembro. O buraco surgiu após forte chuva que caiu na região no dia 21 de dezembro.

De acordo com o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), o local é monitorado constantemente, enquanto o projeto de engenharia para recuperação da via é realizado. Não há previsão para a conclusão do reparo.

(...)”

Nesse ínterim, como ficou público e notório, o Estado de Minas Gerais e a empresa mineradora Vale assinaram acordo para a reparação de parte dos danos causados pelo rompimento de barragem de rejeitos no Município de Brumadinho.

Entre os termos da reparação consta: “4.4.7. A quantia de R\$ 4.950.000.000,00 (quatro bilhões novecentos e cinquenta milhões de reais) será destinada à operacionalização e execução do Programa de Mobilidade, descrito no Anexo III, a ser gerido pelo Poder Executivo Estadual, sendo de propriedade do Estado de Minas Gerais todas as intervenções e obras realizadas deles decorrentes”.

E o referido Anexo III traz expressamente: “Recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado, conforme avaliação técnica do DER-MG/conclusão de corredor logístico estruturante, conforme critérios técnicos da Seinfra”.

Desse modo, requeiro que, em atenção ao direito de ir e vir de quem utiliza a rodovia estadual e ao direito ao sossego, saúde e segurança dos munícipes de Patrocínio (pois sofrem com o aumento do tráfego em vias municipais utilizadas como desvio, inclusive de veículos pesados movidos a diesel, incrementando a poluição sonora e atmosférica) sejam tomadas as medidas imediatas para a reconstrução do trecho da rodovia, para isso utilizando-se os recursos advindo da reparação paga pela Vale, já que há previsão específica no acordo celebrado perante o TJMG.

Ante o exposto, conto com os nobres pares para aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 7.350/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao Governadoria do Estado e à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para que sejam apuradas as denúncias de cobranças indevidas em sua integralidade nas tarifas referentes a coleta e tratamento de esgoto no município de Almenara, bem como em toda a região do Vale do Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, 10 de fevereiro de 2021.

Gustavo Santana (PL)

REQUERIMENTO Nº 7.352/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 103, III, “a”, do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja disponibilizado à população mineira, em site próprio do governo, um aplicativo com informações atualizadas do acordo celebrado com a Vale S.A., em virtude dos danos causados pelo rompimento da barragem de Brumadinho, no qual constem a previsão inicial das ações e quantias a serem disponibilizadas aos municípios afetados, o cronograma de liberação de valores e os valores efetivamente disponibilizados.

Sala das Reuniões, 5 de fevereiro de 2021.

Gustavo Mitre (PSC)



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 12/4/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Aline Iris Dias da Silva, padrão VL-14, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

exonerando Brenda Lima Costa Sampaio, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

exonerando Sebastião Carlos de Oliveira Andrade, padrão VL-39, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bernardo Mucida;

nomeando João Batista Mateus de Moraes, padrão VL-47, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Lara Alicia Agostinho, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/4/2021, na pág. 34, onde se lê:

“Mauricélio Gomes Barbosa”, leia-se:

“Mauricelio Gomes Barboza”.

RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÃO

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/4/2021, na pág. 6, onde se lê:

“Nos termos do Acordo de Líderes e da Decisão da Mesa de 29/3/2021”, leia-se:

“Nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021”.